



## **LEI ORDINÁRIA Nº 2018**

*de 31 de maio de 2021*

**AUTORIZA A CRIAÇÃO DA CASA DOS CONSELHOS DESTINADA A DAR APOIO NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS, todos os conselhos fóruns e comitês municipais vinculados às Secretarias Municipais, com a representação do executivo municipal, de instituições setoriais e das comunidades organizadas, que elegem seus membros.**

*CLEDIANE ARECO MATZENBACHER Prefeita do Municipal de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município de Jardim - MS, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Municipal:*

### **Art. 1º.**

*Fica criada a Casa dos Conselhos, órgão destinado a apoiar as ações, dar suporte técnico e administrativo aos Conselhos Municipais.*

#### **I.**

*Garantir o espaço físico e acessibilidade aos Conselhos Municipais vinculados d Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.*

#### **II.**

*Agendar e organizar os pedidos encaminhados para as realizações das reuniões dos respectivos conselhos;*

### **III.**

*Responder ou encaminhar ao Conselho Municipal competente, os requerimentos e reivindicações pertinentes às atuações e as decisões das referidas Instituições.*

### **IV.**

*fomentar a participação popular nos Conselhos Municipais, nos termos dos princípios da Soberania popular e da distribuição equitativa de poder, que fundamenta o Estado de Direito Democrático.*

### **Art. 3º.**

*São formas de atuação da Casa dos Conselhos visando atingir suas finalidades:*

#### **I.**

*desenvolver projetos com a comunidade relacionados ao exercício da cidadania;*

#### **II.**

*promover palestras, ações educativas e parcerias com Escolas Municipais da Rede Pública;*

#### **III.**

*dar publicidade aos atos dos Conselhos Municipais;*

#### **IV.**

*conceder assistência técnica e institucional, diretamente ou por meio de parcerias, para auxiliar o funcionamento de entidades de representação popular que apresentarem problemas crônicos de funcionamento;*

## **V.**

*realizar encontros e recebimento de sugestões e apontamentos pelas Entidades da Sociedade Civil Organizada e pelo cidadão.*

### **Art. 4º.**

*A direção, a administração da Casa dos Conselhos será realizada por um Coordenador de livre indicação e exoneração do Chefe do Executivo Municipal e /ou por delegação do Secretário Municipal de Desenvolvimento.*

#### **1º**

*O Coordenador poderá ser titular ou suplente de Conselheiro, desde que seja indicado pelo **Secretário de Desenvolvimento Social**, nas vagas de sua competência.*

#### **2º**

*Os Conselhos Municipais, em cumprimento da Lei Federal nº 12.527/2011, serão obrigados a disponibilizar para o Coordenador da Casa dos Conselhos, para os fins de arquivos, organização e administração, as atas das respectivas reuniões devidamente assinadas, imediatamente, após as respectivas aprovações na forma regimental.*

#### **3º**

*A Casa dos Conselhos deverá manter arquivo organizado dos documentos pertinentes aos Conselhos Municipais, para consulta pública ressalvada os casos de sigilo previstos na Lei Federal nº 12.527/2011, obedecido o procedimento para a decretação do sigilo disposto no mesmo diploma legal.*

#### **4°.**

*Os Conselhos Municipais deverão manter atualizados na Casa dos Conselhos os atos de nomeação de seus membros, regimento interno e todos os documentos pertinentes às suas constituições.*

#### **5°**

*O não cumprimento do disposto neste artigo sujeitar-se-ão aos responsáveis pelos Conselhos, as sanções previstas na Lei Federal nº 12.527/2011 e na Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992) por violação ao princípio da publicidade, garantindo lhes o princípio do contraditório e da ampla defesa.*

#### **6°**

*O(a) Coordenador(a) fará reunião conjunta ou encontro pessoal com os presidentes dos Conselhos, cujo objetivo, será ouvi-los sobre questões referentes ao bom andamento e do melhoramento do funcionamento da Casa dos Conselhos.*

#### **Art. 5°.**

*Em atendimento ao princípio do interesse público, os servidores públicos integrantes da Casa dos Conselhos, a fim de exercerem, satisfatoriamente suas funções, poderão ser afastados de suas atividades originais, para trabalhar nas atividades afetas a Casa dos Conselhos, por 8 horas diárias, vedada a configuração de desvio de função.*

#### **Art. 6°.**

*As reuniões da Casa dos Conselhos são públicas e em horário que permita a participação popular.*

### ***Parágrafo único. .***

*Os visitantes poderão obter cópia de documentos, no prazo máximo de 15 dias, após a aprovação da ata, nos termos regimental.*

### ***Art. 7º.***

*O Presidente de cada Conselho ou Secretário responsável pelo agendamento das reuniões deverá comunicar, expressamente ou através de mensagem eletrônica ao Coordenador da Casa dos Conselhos, com a antecedência mínima de 7 (sete) dias, e informar sobre a data e a pauta da reunião pretendida, devendo confirmar o agendamento no prazo de 02 (dois) dias úteis.*

### ***Parágrafo único. .***

*Em caso de urgência, legalmente fundamentada pela respectiva Instituição, a Casa dos Conselhos poderá excepcionalmente marcar **a reunião em outro local**, respeitado o princípio da imparcialidade e da publicidade.*

### ***Art. 8º.***

*A Casa dos Conselhos deverá divulgar relatório anual de suas atividades dando ênfase sobre as medidas tomadas no sentido de fomentar a participação popular nas decisões municipais para assessorar gestão de Governo.*

### ***Art. 9º.***

*O Poder Executivo, através da pasta da Secretaria de Desenvolvimento Social ou da Secretaria que entender pertinente, deverá fornecer apoio material e humano, necessário ao funcionamento da Casa dos Conselhos garantindo a consecução de sua finalidade.*

### ***Parágrafo único. .***

*Os recursos mencionados no caput poderá incluir a capacitação dos membros da Casa dos Conselhos.*

### ***Art. 10.***

*Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.*

*Ao Controle Social que tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988 e da Lei 12527/2011, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político-administrativa- financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Por exigência da lei Federal, necessários se faz o criação da CASA DOS CONSELHOS, espaço físico e estrutura de apoio comum, garantindo acessibilidade a todos os conselhos, fóruns e comitês municipais vinculados às Secretarias Municipais, para ampliar o diálogo e a cooperação entre o Governo e a sociedade civil, propiciando um espaço de participação dos cidadãos na elaboração e na fiscalização das políticas públicas.*

*Com a representação do executivo municipal, de instituições setoriais e das comunidades organizadas, que elegem seus membros com a representação do executivo municipal, de instituições setoriais e das comunidades organizadas, que elegem seus membros.*

*A mudança dessa realidade exige medidas de parcerias para implantar a prática, dentre elas a divulgação na pagina do site oficial da Prefeitura com ampla divulgação dos horários de Funcionamento dos conselhos que comprovadamente ampliará a divulgação dos atos e gestão de governo e demais dos gestores públicos.*

*Nesse sentido a propositura apresentada, para a qual conto com os nobres pares para aprovação desta matéria.*

*Jardim-MS, 31 de maio de 2021.*

***DRA. CLEDIANE ARECO MATZENBACHER******Prefeita***  
***Municipal***

---

*Lei Ordinária Nº 2018/2021 - 31 de maio de 2021*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*